

Leopoldo Silva — 13/06/90

Arquivo — 14/9/90



Jório Dauster: negociando



Suzuki: governo e credores internacionais estão a um passo do acordo final

Governo já sabe como pagar juros

• *Credores internacionais aceitam plano do negociador da dívida externa*

Nilton Horita

SÃO PAULO — Os bancos credores e o embaixador Jório Dauster, negociador da dívida externa brasileira junto à comunidade financeira internacional, já têm praticamente amarrado um acordo sobre as formas de pagamento dos US\$ 8,5 bilhões de juros em atraso. “Só faltam algumas coisinhas para o acordo final. Estamos torcendo para que o resultado final seja rapidamente anunciado”, garantiu Takanori Suzuki, presidente do Banco de Tokyo.

As conversas estão bem adiantadas, a ponto de o governo brasileiro já ter em mãos a linha central da estratégia de negociação a ser implementada para a discussão da segunda parte da operação de montagem do acordo final da dívida externa, abrangendo a montanha de dólares referente ao principal. Alguns desses pontos, inclusive, estão sendo colocados pelo governo brasileiro aos membros do comitê de bancos credores.

“É extremamente importante que o

governo brasileiro comece, desde já, a debater os pontos iniciais da discussão do acordo de longo prazo”, afirma Jordi Wiegnerink, vice-presidente do Nederlandsche Middenstandsbank (NMB Bank). “É uma atitude inteligente por parte do Brasil”, acrescenta Nelson Rocha Augusto, economista do Banco Francês e Brasileiro (BFB). São, portanto, duas frentes de trabalho. O primeiro acordo, este praticamente fechado, é referente à forma de pagamento dos atrasados.

Acordo — Outro, até mais importante que o primeiro, é fechar um acordo duradouro com os credores de modo a credenciar o Brasil a retornar ao mercado financeiro internacional de forma voluntária, como foi feito pelo Chile nessa semana. O governo brasileiro entende que o retorno do Brasil ao mercado financeiro internacional (isto quer dizer apenas que o país teria condições de captar recursos no exterior, canal fechado desde o início da década de 80) é condição indispensável para o país reto-

mar o curso de um novo ciclo de desenvolvimento econômico sustentado.

O presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, disse isso claramente, em recente seminário realizado em São Paulo. “A negociação da dívida externa é crucial para viabilizar a economia brasileira. Resolvido esse problema, podemos dizer que o caminho para o crescimento econômico estará definitivamente aberto”, afirmou ele. No primeiro ano de governo Collor, o Brasil adicionou reservas líquidas de US\$ 3 bilhões com sua política de câmbio.

Pagamento — O governo brasileiro informou aos credores que 60% do principal da dívida externa pertencem a empresas estatais. A alternativa seria a de o governo retirar o aval da União sobre essa dívida, repassando-o para as próprias estatais, que dariam garantias reais como o próprio patrimônio delas. No ano passado, o governo já falava em retirar o aval da União, mas não apresentava nada em troca.

Várias das estatais, além disso, serão privatizadas, o que tornaria a dívida externa pública em dívida externa privada, um setor da economia brasileira que sempre honrou seus compromissos. O banco credor poderia até trocar diretamente parte de seu crédito por participação no capital da empresa. O problema para essa proposta é que alguns bancos são credores de estatais deficitárias.

O restante da dívida é de responsabilidade do Tesouro (cerca de 30%) e do setor privado (outros 10%). A ideia, nesse caso, é negociar a taxa de juros incidentes sobre os pagamentos. Inicialmente, o governo brasileiro propôs pagar juros equivalentes a 70% da variação da Libor (taxa de juros praticada em Londres e que serve de referência para várias operações). Os bancos credores contrapuseram 90% da Libor. O Brasil subiu para 75% e os credores reduziram sua proposta para 85%. O número com que o governo trabalha, nesse momento, é fechar o pagamento equivalente a 80% da variação da Libor.